



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

+ MAIS + VERBAS \$ +

PARA A **EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Universidades públicas sofrem com
orçamentos estrangulados **8 a 11**

Vem aí o 44º Congresso do
ANDES-SN em Salvador (BA) **4 e 5**

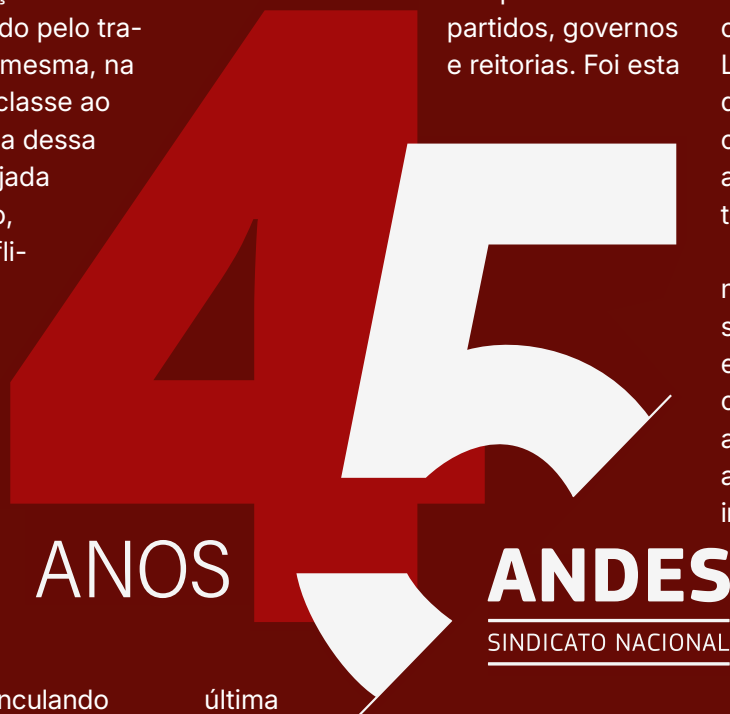
Entrevista: Invasão da Venezuela
expõe disputa por hegemonia **14 a 15**

Em artigo de 1919, o filósofo italiano Antonio Gramsci dizia que "os sindicatos são as vértebras sólidas do grande corpo da classe trabalhadora". Materializando essa ideia de que a classe tanto é feita, a partir das condições de sua inserção objetiva no mundo pelo trabalho, quanto faz-se a si mesma, na medida em que se torna classe ao desenvolver a consciência dessa corporeidade coletiva forjada por sua auto-organização, suas práticas e seus conflitos, a frase do pensador de Ales nos leva a refletir sobre a importância crucial de organizações como os sindicatos na vida cotidiana de quem trabalha.

Foi no intuito de não apartar o labor acadêmico da realidade social e do conjunto dos desafios da classe trabalhadora, vinculando sempre as lutas de docentes do ensino superior no Brasil às lutas gerais travadas em nosso país, que se constituiu, em 19 de fevereiro de 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), posteriormente tornada o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), em 26 de novembro de 1988.

É fato que ao longo de seus primeiros anos, a começar pela fundação de diversas Associações Docentes (ADs) em Universidades brasileiras, ainda durante a Ditadura Empresarial Militar (1964-1985), passando pela realização dos primeiros Encontros Nacionais de Associações Docentes (entre 1979 e 1980), o movimento docente no ensino superior viveu intensos debates, que opuseram muitas vezes aquelas e aqueles mais aderentes a uma concepção de associativismo de teor político-acadêmico, baseado em modelos de entidades profissionais ou associações como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), àqueles e àqueles que defenderam desde sempre a necessidade

de uma entidade de caráter explicitamente sindical, fortemente dedicada a pensar as demandas laborais de professoras e professores, em conexão com os dilemas da educação no Brasil e calcada em um caráter classista e independente de partidos, governos e reitorias. Foi esta



última concepção, majoritária em nossa categoria, a responsável por dar a lume a ANDES, ainda associação, e por torná-la aquela que é hoje o nosso Sindicato Nacional.

Ao iniciarmos, neste mês de fevereiro de 2026, as comemorações dos 45 anos de nossa entidade, orgulhamos-nos perceber que, em linhas gerais, o ANDES-SN tanto soube articular demandas e temas emergentes no cotidiano de nossas Universidades, Institutos Federais e Cefets, no dia a dia de nosso trabalho, sujeito a sempre novos e complexos desafios, quanto soube preservar algumas das características fundamentais de sua gênese, no interior do chamado "Novo Sindicalismo", que rompeu com a tradição autoritária e remissiva aos anos de 1930, que havia organizado o sindicalismo corporativo e estatal no nosso país. Por isso mesmo, malgrado seus erros e as dificuldades inerentes à condução de toda e qualquer instituição constituída como ferramenta de luta da classe trabalhadora e, portanto, sujeita às vicissitudes históricas

que se lhe apresentam, o ANDES-SN segue sendo um instrumento extremamente relevante na defesa dos interesses da nossa categoria e da educação pública no Brasil, ao mesmo tempo em que cumpre papel de destaque nas lutas internacionalistas, no combate ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia, ao capacitismo, na defesa de direitos de povos do campo e da cidade, na luta contra a hecatombe ambiental e tantas outras frentes que têm galvanizado nossa atenção.

Defender essa concepção fundacional *sui generis*, que se traduz no maior sindicato de base do Brasil, organizado em caráter nacional, ao mesmo tempo comprometendo-se com uma reflexão ativa que permita sempre adequá-la aos desafios do movimento sindical no início deste segundo quarto do século

XXI, é uma tarefa de todas as pessoas que compreendem a importância de manter saudáveis essas vértebras que nos estruturam como coletividade conformada pelo trabalho. Que possamos alongar o já longo dorso da nossa entidade, para que, longe da cristalização, seja capaz de manter-se ainda por muitos anos em movimento. Viva a categoria docente! Viva o ANDES-SN!

Expediente

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:

Diego Ferreira Marques

Editor-Chefe:

Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão:

Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas:

Bruna Yunes DRT 9045/DF

Renata Maffezoli

Leticia Figueiredo DRT 4124/DF

Diagramação, revisão e arte final:

Silas William Vieira

Fotos:

Eline Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br
andes.org.br

Salvador (BA) sedia o 44º Congresso do ANDES-SN

O 44º Congresso do ANDES-SN será realizado entre os dias 2 e 6 de março de 2026, no campus de Ondina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador (BA). Com o tema central "Na capital da resistência, das revoltas dos Búzios e dos Malês: ANDES-SN nas lutas e nas ruas, pela democracia e educação pública, contra as opressões e a extrema direita!", o evento vai debater temas como a defesa da educação pública, dos direitos das e dos docentes e o fortalecimento da luta sindical.

Organizado pela Regional Nordeste III do ANDES-SN e pela Comissão Organizadora da UFBA, o 44º Congresso reunirá representantes de todo o país para discutir pautas locais e nacionais. O ANDES-SN divulgou o Caderno de Textos no dia 26 de janeiro. O documento subsidiará os debates, sendo que a pauta é dividida em quatro temas: I - Conjuntura e Movimento Docente; II - Planos de Lutas dos Setores; III - Plano Geral de Lutas; e IV - Questões Organizativas e Financeiras.

Conforme a 1ª secretária da Regional Nordeste III do ANDES-SN, Carla Benitez, o tema "Na capital da resistência, das revoltas dos Búzios e dos Malês: ANDES-SN nas lutas e nas ruas, pela democracia e educação pública, contra as opressões e a extrema direita!" foi pensado e definido pela Diretoria Nacional, a partir de sugestões da Comissão de Organização da UFBA, e com base na conjuntura atual.

"Vivemos tempos nos quais a desesperança ecoa, nos quais a ideia de

futuro e de abundância para as maiores sociais se interdita com a crise climática e ecológica, coroando todas as tragédias das relações sociais capitalistas esgarçadas e insustentáveis. Nesse contexto, os desafios organizativos contemporâneos das classes trabalhadoras e dos grupos oprimidos são imensos", avalia Carla.

A diretora do ANDES-SN destaca a simbologia da escolha. "Não há melhor remédio para a desesperança do que confiar que as lutas e vitórias das classes trabalhadoras são ancestrais e transgeracionais. Reviver o legado das Revoltas Negras baianas, pensar

na soberania popular, por meio da experiência histórica do 2 de julho e do simbolismo do caboclo e da cabocla, podem ser fontes privilegiadas para olharmos para o passado, buscando compreender as tarefas do presente e construindo um sentido de futuridade", argumenta.

De acordo com Carla Benitez, que também faz parte da Comissão Organizadora Local, é igualmente significativo que o 44º Congresso do ANDES-SN ocorra na capital baiana. "É muito simbólico que o espaço deliberativo mais importante do nosso Sindicato Nacional ocorra em Salvador (BA), fincando-se em território apropriado pela Proifes Federação no último período, apesar de toda a resistência histórica e coerente das oposições à direção da APUB (Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da

Bahia), com a legitimidade de que possuem na base de professores e professoras ativos da UFBA", explica.



Entidades do funcionalismo federal protocolam pauta de reivindicações de 2026

As entidades representativas das servidoras e dos servidores públicos federais, entre elas o ANDES-SN, protocolaram a pauta unificada de reivindicações de 2026, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no dia 29 de janeiro. O documento foi construído pelo Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate).

Segundo Maria do Céu de Lima, 3ª tesoureira do ANDES-SN, que participou da reunião, a pauta reúne reivindicações econômicas e políticas que seguem sem resposta do governo e demandas novas das categorias. “Entre as reivindicações estão o reajuste salarial a ser negociado para 2027, a equiparação dos benefícios entre servidoras e servidores e a instituição do auxílio-nutrição para aposentadas, aposentados e pensionistas, além da revogação de medidas que afetam negativamente os serviços públicos e a classe trabalhadora”, afirmou.

A diretora também ressaltou que parte dos acordos de greve firmados em anos anteriores, entre eles o assinado com o ANDES-SN em 2024, não foi cumprida, inclusive em itens que não envolviam impacto financeiro. Segundo Maria do Céu, esses pontos retornaram para a pauta deste ano.

As categorias destacam a frustração pela forma como o governo, em especial o MGI, tem tratado as demandas encaminhadas pelas entidades sindicais e pelas centrais. “Continuamos com a esperança, do verbo esperar, de que conseguiremos efetiva-

mente dialogar com o MGI e avançar, principalmente nas pautas que são políticas, como aconteceu com as pautas econômicas em 2025 e 2026”, diz o documento entregue ao MGI.

Reunião no MGI

Em 30 de janeiro, o secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopes Feijóo, recebeu representantes das entidades e a pauta foi entregue pessoalmente. Durante o encontro, o secretário comentou alguns pontos específicos, como a prioridade na regulamentação da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também foi mencionada a preocupação do governo em construir um mecanismo de proteção contra denúncias envolvendo entidades sindicais, após episódios recentes relacionados ao INSS, como a possibilidade

de confirmação de filiação pelos próprios sindicalizados. A próxima reunião da MNRP deve ocorrer na primeira quinzena de março.

Pauta de Reivindicações

O documento reúne 26 itens, com ênfase nos impactos da transformação digital, na defesa de direitos históricos e no fortalecimento do serviço público. Entre os eixos centrais estão a soberania digital e a infraestrutura pública, com a defesa do domínio estatal sobre a tecnologia e os dados públicos, visando reduzir a dependência de empresas estrangeiras.

Outras reivindicações estão ligadas à gestão tecnológica e aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, como a utilização da tecnologia e da Inteligência Artificial (IA) para diminuir a burocracia e viabilizar a jornada semanal de 30 horas, sem redução salarial ou extinção de cargos, além da manutenção do Regime Jurídico Único (RJU) e do direito à desconexão no trabalho remoto.

A pauta contempla ainda reivindicações relacionadas à transparência e ao controle social, como o acesso das entidades sindicais a dados institucionais, a auditoria de algoritmos, a vedação de mecanismos invasivos de vigilância digital, a formação continu-

Fotos: Raquel Thayse (Imprensa ANDES-SN)





ada em soberania digital e ética em Inteligência Artificial e a inclusão da gestão tecnológica nas negociações coletivas, em conformidade com a Convenção nº 151 da OIT.

No âmbito orçamentário e institucional, as entidades reivindicam a recomposição das perdas históricas no orçamento das Instituições Federais de Ensino e de outros órgãos públicos, além do cumprimento, na íntegra, de todos os acordos assinados, garantindo, no mínimo, 9% para todos os cargos. Também defendem a gestão democrática, com o fim da lista tríplice e a garantia de paridade na escolha de dirigentes. Em outro ponto, manifestam oposição a medidas infralegis de reforma gerencialista e a projetos de reorganização do Estado, alinhados a uma lógica neoliberal.

A pauta ainda propõe a reserva de recursos para reajuste no primeiro semestre de 2027; a instituição de auxílio ao teletrabalho; a regulamentação da aposentadoria especial; a manutenção da isenção do Imposto de Renda para aposentadas e aposentados com doenças graves; o fortalecimento da fiscalização da terceirização; a criação

de programa habitacional para as servidoras e os servidores; o reajuste da indenização de fronteira; o descongelamento de progressões e promoções; a equiparação dos benefícios para as servidoras e os servidores dos três Poderes; o fortalecimento da política de saúde e atenção do trabalhador; a instituição do auxílio-nutrição para as aposentadas, os aposentados e pensionistas; a efetivação da lei que instituiu a política afirmativa de inclusão de 50% de cotas para mulheres em cargos de chefia, entre outros.

O documento também cobra a alteração de portarias, a revogação de medidas que representam retrocessos, a abertura de mesas específicas de negociação, a participação nas discussões da reforma administrativa (PEC-38/2025), no Congresso Nacional, ou em qualquer outra reforma que envolva e traga impacto às servidoras e aos servidores públicos federais.

Novas reivindicações

Além da atualização dos itens de 2024 e de 2025 não contemplados, a pauta de 2026 trouxe novas reivin-

dicações. Entre elas, estão a regulamentação da contribuição assistencial, conforme decisão do STF; a atualização do valor da indenização de transporte no caso de uso de veículo próprio; a revisão dos casos de demissão por perseguição política, arbitrariedades e processos com irregularidades; a inclusão, no cadastro dos/as servidores/as, da pergunta sobre identidade de gênero e orientação sexual; e a disponibilização dos levantamentos dos dados de servidoras e servidores que não estão no Painel Estatístico de Pessoal do Governo para as entidades.

As categorias também defendem a aprovação do PL nº 2635/2022, da PEC nº 6/2024 e das ADIs nº 6254 e nº 1068; o direito à aposentadoria integral com paridade; a reabertura do prazo para o retorno de todos os anistiados demitidos pelo governo; a revogação de itens do “pacote de corte de gastos obrigatórios” que impactam negativamente em direitos e benefícios da classe trabalhadora brasileira, como o abono salarial, o salário-mínimo e o BPC; e a desmilitarização do Estado brasileiro.

Câmara aprova fim da lista tríplice para dirigentes das universidades federais

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 3 de fevereiro, o substitutivo do Projeto de Lei 5874/25. O texto “guarda-chuva” trouxe a inclusão de conteúdos de vários outros PLs, entre os quais o PL 2699/2011, que prevê o fim da lista tríplice e novas regras para a escolha de dirigentes das universidades federais. A proposta segue para apreciação no Senado.

Originalmente, o projeto do Executivo propunha a criação de 16 mil cargos no Ministério da Educação e de outros 1.500 cargos no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. No entanto, o texto votado em Plenário foi o substitutivo do relator, deputado Átila Lira (PP-PI),

ao PL 5874/25, e a outros três projetos do governo (PL 5893/2025, PL 6170/25 e PL 1/2026).

Os projetos apensados tratam de pontos como a unificação de planos de cargos de servidores em exercício no Ministério da Educação (MEC), a implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências para servidores e servidoras técnico-administrativos e a criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, entre outros. O projeto segue para apreciação no Senado.

Fim da Lista Tríplice

A mudança na eleição para reitores e vice-reitores de universidades federais foi baseada no texto do

projeto de lei PL 2699/2011, já aprovado nas comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara. O texto do relator estabelece que a escolha se dê por meio de eleição direta.

Acaba também com o peso, previsto em lei, de 70% do voto de docentes em relação às demais categorias. Assim, o peso do voto de cada segmento da comunidade acadêmica será definido por colegiado constituído especificamente para esse fim, observadas a autonomia universitária e a legislação em vigor. O texto ainda estabelece que, nos termos da norma de cada universidade, poderão participar da votação representantes de entidades da sociedade civil.

Para o ANDES-SN, apesar de não ser o ideal, a aprovação é uma vitória, pois sinaliza rumo à autonomia administrativa, em que o processo eleitoral começa e termina na instituição. No entanto, o Sindicato Nacional mantém as críticas apontadas quando da aprovação do PL 2699/2011, devido aos limites e restrições presentes no texto.

“Em primeiro lugar, o substitutivo define requisitos para as candidaturas para reitor(a) e vice-reitor(a) que são



incompatíveis com o que defendemos no Caderno 2. O projeto estabelece que nas universidades poderão candidatar-se apenas docentes da carreira de Magistério Superior que possuam o título de doutor, ou estejam posicionados como Professor Titular ou Professor Associado 4, ou sejam ocupantes de cargo efetivo isolado de Professor Titular Livre do Magistério Superior. Isso exclui a possibilidade de participação de inúmeros setores da comunidade universitária, em especial docentes da carreira EBTT, conforme indica o Caderno 2 do ANDES-SN”, argumenta Cláudio Mendonça, presidente do Sindicato Nacional.

O dirigente ressalta também que o substitutivo impossibilita qualquer isonomia, ao definir regras diferenciadas para a escolha de dirigentes em universidades e institutos federais. “Nos Institutos Federais, o substitutivo estabelece o critério de paridade, enquanto para as universidades estabelece que as regras eleitorais serão homologadas por “um colegiado criado especificamente para este fim”. Não se assegura a paridade ou universalidade nas universidades”, observa.

O presidente do ANDES-SN destaca ainda que o texto aprovado na Câmara abre a possibilidade de violação da autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial ao estabelecer que representantes de entidades da sociedade civil tenham o direito de participar do

processo eleitoral. “Isto possibilita que entidades privadas, que não tenham relação direta com a universidade, possam escolher dirigentes de nossas instituições. Para nós, é fundamental que todo processo comece e termine no âmbito da instituição e, por isso, defendemos que participe das eleições apenas a comunidade acadêmica”, acrescenta.

A luta pelo fim da lista tríplice é uma pauta histórica da categoria docente organizada no Sindicato Nacional. Durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, o ANDES-SN organizou a campanha “Reitor/a eleito/a é reitor/a empossado/a!” para denunciar as intervenções do então presidente na escolha de dirigentes das universidades federais e cobrar respeito à autonomia universitária.

Em dezembro do ano passado, o Sindicato realizou um debate no Auditório Marielle Franco, na sede da entidade em Brasília e transmitido ao vivo em suas redes sociais, para tratar do tema. A atividade integrou o Dia Nacional de Luta pelo Fim da Lista Tríplice, em defesa da gestão democrática das instituições públicas de ensino e da autonomia universitária.

RSC

Entre outras alterações aprovadas no PL 5874/25, com a incorporação do PL 6170/2025, está a instituição do programa de Reconhecimento de Saberes

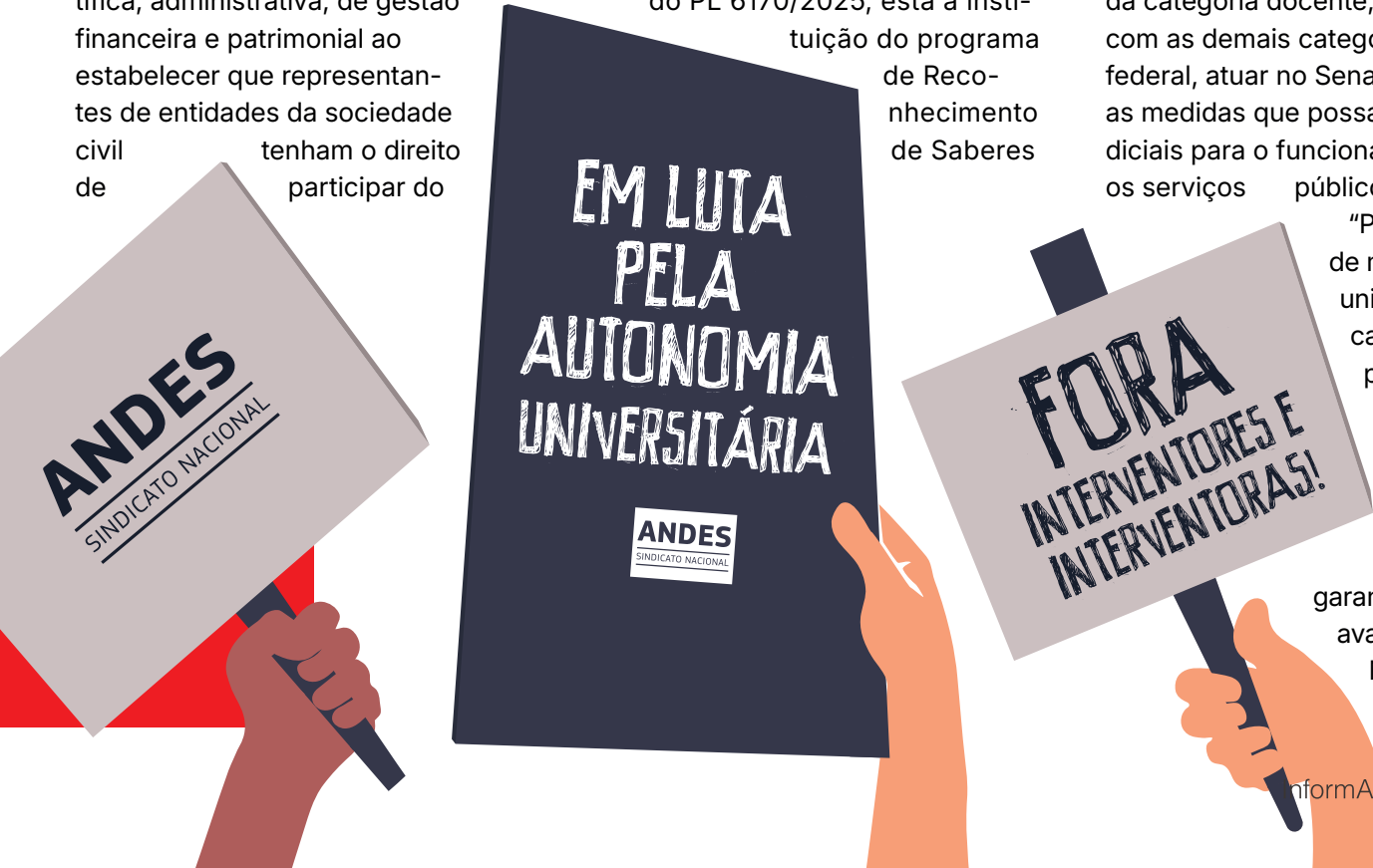
e Competências para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – RSC-PCCTAE. Um dos problemas é a restrição de concessão do RSC para, no máximo, 75% do total de servidores, “observada a disponibilidade orçamentária”.

Mendonça destaca que essa limitação pode gerar discrepâncias dentro da mesma categoria. “A adoção do RSC para servidores e servidoras foi proposta do Sinasefe e da Fasubra na greve de 2024. E o acordo de greve nº 11/2024 com as entidades prevê a concessão do RSC para todas e todos da categoria que cumprirem os requisitos, não limitando a um percentual máximo. Isso pode gerar desigualdades e assimetrias dentro de uma mesma categoria”, critica.

O presidente do ANDES-SN ressalta que o texto do PL 6170/2025 trazia outros ataques que foram incorporados no relatório do PL 5874/25, como a reestruturação de cargos e carreiras sem diálogo com as categorias afetadas e a o estabelecimento de gratificações, a partir de avaliações de desempenho periódicas, propostas que dialogam com a PEC 38/2025 – da Reforma Administrativa.

O dirigente reforça a importância da categoria docente, em conjunto com as demais categorias do serviço federal, atuar no Senado para alterar as medidas que possam ser prejudiciais para o funcionalismo e para os serviços públicos.

“Precisaremos de muito diálogo e unidade entre as categorias, e muita pressão junto aos e às parlamentares, para alterar o que nos for ruim e manter os avanços garantidos no texto”, avalia Cláudio Mendonça.



Orçamento das universidades públicas e Cefets encolhe drasticamente

As universidades federais e os centros federais de educação tecnológica (Cefets) passam, nesta última década, por um processo contínuo de restrição orçamentária que compromete o funcionamento cotidiano das instituições, fragiliza políticas de permanência estudantil e limita a capacidade de planejamento acadêmico.

O cenário se agrava diante do aumento do número de instituições e de matrículas no período. Dados consolidados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) do governo federal mostram que, nos últimos dez anos, houve uma reconfiguração profunda no financiamento das universidades federais.

As despesas discricionárias, que são destinadas ao custeio e aos investimentos, sofreram queda acentuada em termos reais. Enquanto isso, ampliou-se o peso das emendas parlamentares no orçamento das instituições.

Já as despesas obrigatórias, que concentram gastos com pessoal e previdência, oscilaram nominalmente devido aos reajustes lineares ao longo dos anos. No entanto, não foram suficientes para garantir a reposição das remunerações conforme a inflação do período, o que resultou em perdas salariais acumuladas para docentes, técnicas e técnicos em Educação. As despesas obrigatórias passaram de R\$ 31,1 bilhões, em 2015, para R\$ 32,3 bilhões em 2025, corrigidos pela inflação, indicando estagnação ao longo do período.

Tanto as despesas obrigatórias quanto as discricionárias compõem o

Orçamento Geral da União, que neste ano foi aprovado em R\$ 6,54 trilhões.

A situação é mais grave no caso do Grupo de Natureza de Despesas de custeio e investimento das universidades. É desse grupo que saem os recursos para energia elétrica, água, limpeza, vigilância, contratos terceirizados, manutenção predial, além de bolsas e auxílios voltados à permanência estudantil - essenciais para o pleno funcionamento das instituições. Em 2015, o volume destinado a essas despesas era de R\$ 16,1 bilhões. Em 2025, caiu para R\$ 7,6 bilhões — menos da metade do registrado uma década antes.

Segundo Diego Marques, 2º tesoureiro do ANDES-SN, as universidades públicas federais vivem uma crise orçamentária prolongada. “Em 2026, as verbas discricionárias somam cerca de R\$ 7,3 bilhões, sendo aproximadamente R\$ 6,9 bilhões para custeio e pouco mais de R\$391 milhões para investimentos, mantendo-se patamares inferiores aos praticados em 2015”, afirma.

Mesmo após a recomposição parcial promovida pelo governo federal, o quadro segue crítico. **[VEJA BOX]** Já em valores nominais, o custeio foi de R\$

6,2 bilhões em 2024, R\$ 6,5 bilhões em 2025 e R\$ 6,89 bilhões em 2026. Corrigido pela inflação, o valor praticado em 2014 equivaleria hoje a R\$ 14,2 bilhões. Na prática, as universidades funcionam com menos da metade dos recursos necessários para manter o mesmo nível de custeio de doze anos atrás.

“A maior parte dos custos incluídos nesse grupo de natureza de despesas sofre forte impacto das variações inflacionárias e, em muitos casos, apresenta um processo de precificação acima da inflação média dos últimos dez anos. Isso tem imposto enormes dificuldades para garantir condições mínimas de funcionamento das IES, ampliando a precarização do trabalho terceirizado, fragilizando contratos, além de restringir o uso das dependências das universidades, dentre vários outros efeitos que ameaçam a continuidade das atividades”, alerta Diego.

O montante das verbas discricionárias destinado a investimentos nas universidades também despencou. Em 2015, ela representava mais de 97% desses recursos. Em 2025 e 2026, esse percentual caiu para apenas 37,5%.

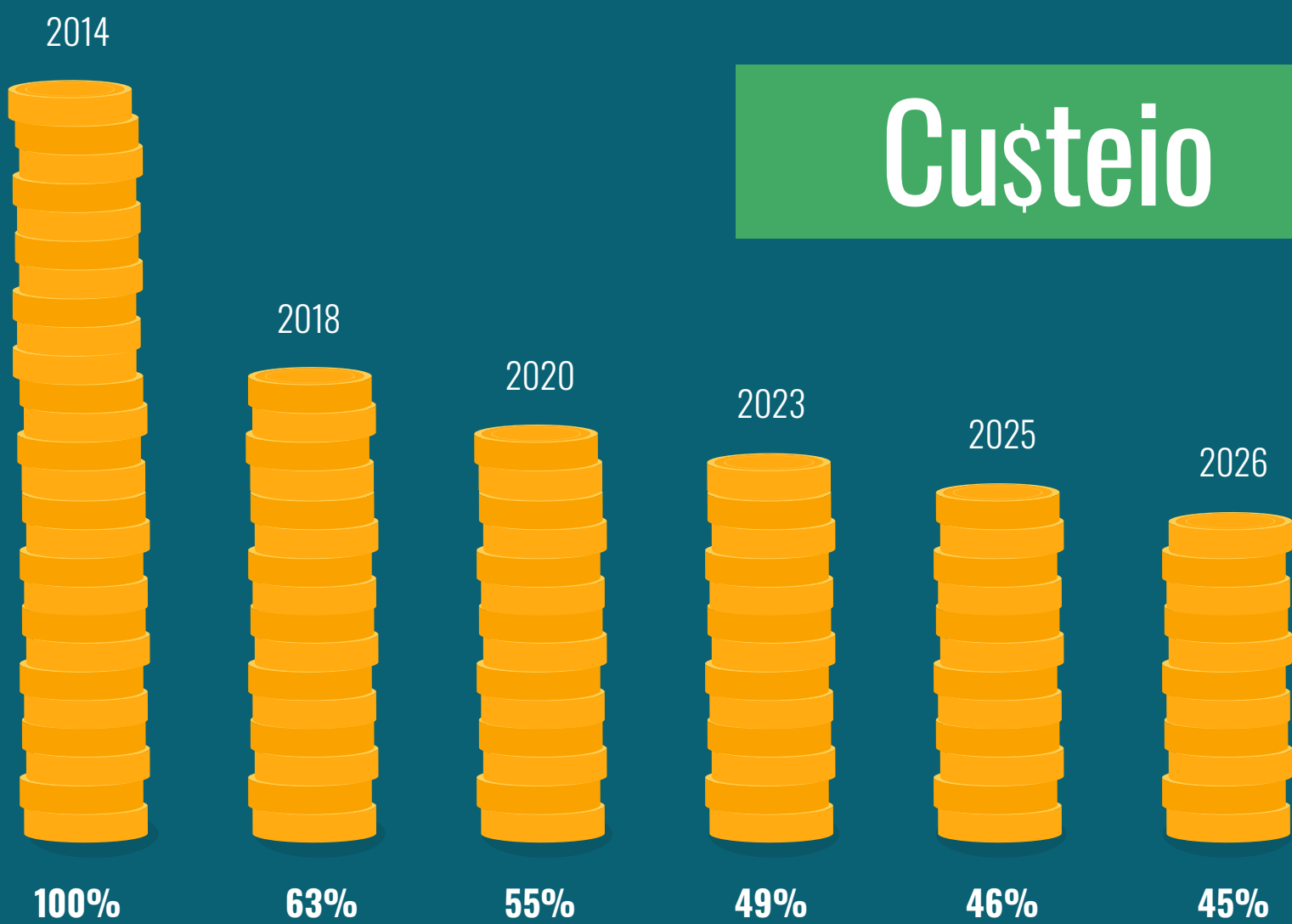
Entre 2015 e 2017, as universidades federais investiram, em média, cerca de R\$ 3,5 bilhões por ano. Já entre 2018 e 2025, mesmo com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de emendas parlamentares, a média anual não chegou a R\$ 1 bilhão.

Perda histórica de recursos

A retração também se reflete nos Planos Plurianuais (PPA), que organizam o planejamento do governo por quatro anos, definindo diretrizes, objeti-

LOA 2026

A LOA de 2026 reduziu em R\$ 488 milhões as despesas discricionárias das 69 universidades e Cefets, cortando o orçamento de R\$ 6,89 bilhões para R\$ 6,43 bilhões (queda de 7,05%). Após pressão da comunidade acadêmica, o governo publicou, em 20 de janeiro, a Portaria GM/MPO nº 12/2026, que recompõe o orçamento das instituições.



O valor destinado ao custeio das Universidades Federais e Cefets em 2014, atualizado pela inflação, corresponderia hoje a R\$ 15,3 bilhões (100% no gráfico). A LOA de 2026 prevê apenas R\$ 6,9 bilhões para esse grupo de despesas, ou seja, 45% do valor disponibilizado 12 anos atrás.

vos e metas da administração pública.

De acordo com o Siop, no PPA 2016–2019, as instituições federais de ensino respondiam por 3,76% do orçamento ajustado da União. Esse percentual caiu para 2,57% no PPA 2020–2023, gestão de Jair Bolsonaro, e atingiu 2,30% no atual PPA 2024–2027, no governo Lula. Na comparação entre o PPA 2016–2019 e o atual, a perda acumulada é de R\$ 23 bilhões. O PPA é aprovado no primeiro ano do mandato presidencial para vigorar a partir do segundo ano.

Para Diego Marques, trata-se de um ciclo prolongado de desfinanciamento. “Há um processo de longa duração que está minando a capacidade das instituições de seguir com o projeto de expansão e democratização do acesso, agravando a saúde docente e precarizando as condições de trabalho e de ensino-aprendizagem”, conta o docente.

Menos recursos por estudante

O impacto da redução do custeio e dos investimentos é ainda mais grave

quando considerado o crescimento do número de universidades públicas federais no país. Em 2008, o país contava com 55 universidades federais e cerca de 643 mil matrículas. Em 2025, são 69 universidades e mais de 1,3 milhão de matrículas.

Como resultado, o investimento por estudante despencou. O custo-aluno/ano caiu de R\$ 9.644, em 2014, para R\$ 4.094 em 2025. A redução real acumulada chega a 63,2%.

Teto de gastos e Arcabouço

A redução das verbas discricionárias ao longo da última década está diretamente associada às políticas de ajuste fiscal adotadas a partir de 2015, em especial à aprovação da

Emenda Constitucional 95, a chamada PEC do Teto de Gastos, em 2016, e à Lei Complementar nº 200/2023, o chamado Novo Arcabouço Fiscal.

Segundo Diego Marques, ao congelar por vinte anos as despesas primárias da União, sem considerar o crescimento e expansão das universidades, o aumento das matrículas e a inflação, essas políticas de ajustamento fiscal liquidaram o orçamento das universidades.

“O ajuste recaiu justamente sobre as despesas discricionárias, comprometendo desde o pagamento de contas básicas até a manutenção de laboratórios e políticas de permanência”, explica.

A substituição do teto pelo novo Arcabouço Fiscal (Lei Complementar 200/2023) não alterou de forma substantiva esse cenário. Embora tenha flexibilizado alguns mecanismos, o novo regime mantém o crescimento das despesas condicionado à receita, preservando a pressão sobre o orçamento discricionário.

Durante a tramitação tanto do Teto de Gastos quanto do Arcabouço Fiscal, o ANDES-SN denunciou, por meio

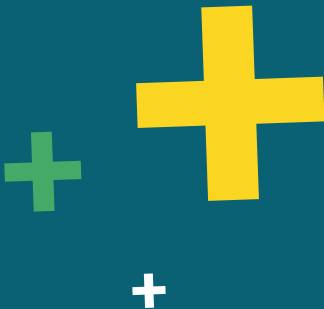
de mobilizações, paralisações e atos públicos, os impactos dessas políticas sobre áreas sociais essenciais, como educação, saúde e assistência social.

Emendas Parlamentares crescem

Paralelamente à retração do orçamento próprio do Ministério da Educação, ampliou-se o peso das emendas parlamentares no financiamento das universidades. Indicadas por deputadas, deputados, senadoras e senadores, as emendas parlamentares têm sua destinação definida a partir de decisões políticas no Congresso Nacional. [VEJA BOX]

No final do ano passado, o Congresso Nacional aprovou R\$ 61 bilhões de emendas para este ano. Do total, R\$ 37,8 bilhões são destinados a emendas impositivas, aquelas que o governo é obrigado a pagar. O presidente Lula vetou quase R\$ 400 milhões em emendas parlamentares que haviam sido incluídas no texto aprovado pelo Congresso.

Desde 2015, os recursos via emendas parlamentares destinados às universidades saltaram de R\$ 193 milhões para valores superiores a



R\$ 600 milhões anuais a partir de 2024, representando atualmente cerca de 10% do orçamento discricionário das universidades. Por sua natureza incerta e dependente de negociações políticas, essas verbas não oferecem previsibilidade para o planejamento institucional, segundo o diretor do Sindicato Nacional.

“Essa dependência compromete os princípios de gestão colegiada e de planejamento democrático construído dentro das IES, uma vez que as instituições não têm poderes para alocar os recursos destinados via emendas, segundo suas próprias decisões. Na prática, trata-se de um atentado à autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal”, denuncia Diego.

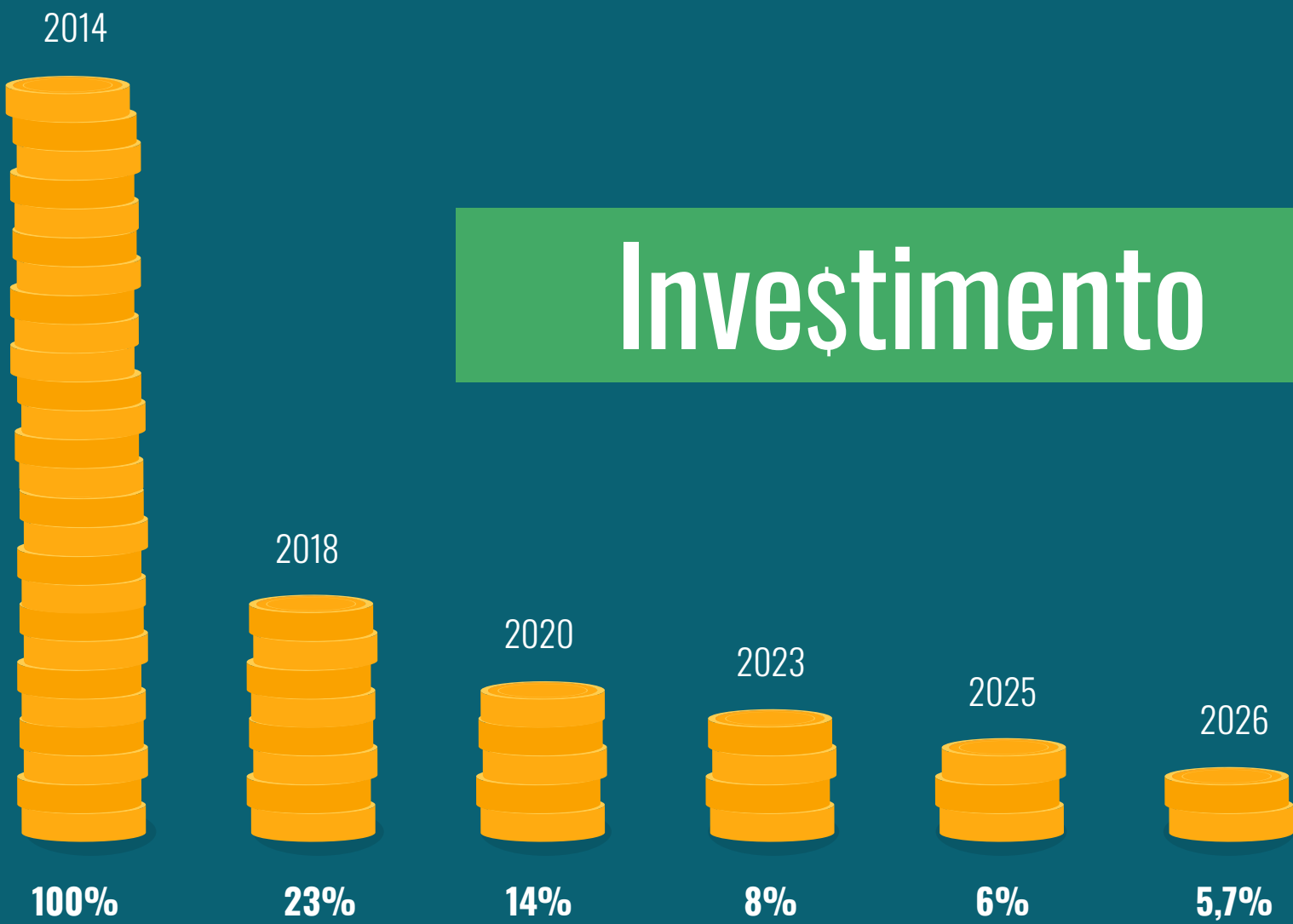
Ele apontou ainda ser recorrente que as administrações das IES se vejam em uma situação de dependência das negociações de emendas junto a bancadas e parlamentares, individualmente. “Isso faz com que o volume total de recursos movimentados pelas instituições seja inflado por esses repasses, produzindo dados orçamentários que acabam por encobrir e mascarar a condição de penúria estrutural vivida pelas IES e dificultando a ampliação do diálogo com a sociedade, a partir dos números reais da disponibilidade orçamentária destinada à educação superior”, explica o diretor do ANDES-SN.

Desfinanciamento das Estaduais

As universidades estaduais também enfrentam um cenário de perdas reais e instabilidade orçamen-

Emendas Parlamentares

O orçamento federal é dividido por tipos de despesa. As RP6, RP7, RP8 e RP9 referem-se às emendas parlamentares. As emendas individuais (RP6) são impositivas desde 2015 e correspondem a 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, com metade dos recursos obrigatoriamente destinada à saúde. As emendas de bancada (RP7), também impositivas, destinam-se às bancadas estaduais e somam 1% da RCL. Já as emendas de comissão (RP8) não têm execução obrigatória e dependem de negociação política e disponibilidade fiscal. As emendas de relator (RP9), criadas em 2019 e conhecidas como “orçamento secreto”, foram declaradas inconstitucionais pelo STF em 2022.



O valor destinado a investimentos nas Universidades Federais e Cefets em 2014, atualizado pela inflação, corresponderia hoje a R\$ 6,8 bilhões (100% no gráfico). A LOA de 2026 prevê apenas R\$ 391 milhões para esse grupo de despesas, ou seja, 5,7% do valor disponibilizado em 2014.

tária em diversas regiões do país. Um levantamento realizado em 17 estados, entre 2007 e 2022, mostra que nenhuma das instituições analisadas apresentou trajetória contínua de crescimento das despesas totais. Quedas sistemáticas foram observadas em estados, entre 2019 e 2021, na Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Bahia e Amazonas. No Espírito Santo, a situação é a mais crítica entre os estados analisados. Em 2022, a despesa executada ficou em R\$ 9,8 milhões, o equivalente a 36,4% do valor investido em 2014. Já na Paraíba, a execução orçamentária em 2022 foi de aproximadamente R\$ 400 milhões, correspondendo a 54% do montante aplicado em 2011.

O estado de Mato Grosso foi a única exceção, com crescimento expressivo dos investimentos no período analisado. Mesmo assim, teve um decréscimo em 2019, com recuperação nos anos seguintes. Para o 2º tesoureiro do Sindicato Nacional, enfrentar esse quadro exige ampliar a denúncia pública, cobrar a implementação efetiva dos 10% do PIB para a educação pública e lutar pela inclusão das despesas discriminárias do ensino superior entre as despesas constitucionalmente obriga-

tórias do orçamento público. “Não há Brasil soberano sem mais verbas para a educação pública”, conclui Diego. Os Setores das Iles/Imes e Ides e das Ifes do ANDES-SN, em conjunto com o Grupo de Trabalho (GT) Verbas, publicarão uma pesquisa de acompanhamento orçamentário, com recorte de 2007 a 2022 para as universidades estaduais e de 2014 a 2025 para as universidades federais, discriminada por setor e por instituição. O estudo tem lançamento previsto para o primeiro semestre de 2026.

STF barra a tese do Marco Temporal, mas decisão mantém pontos críticos

Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha reafirmado, em 19 de dezembro de 2025, a inconstitucionalidade da tese do “Marco Temporal”, a ofensiva contra os direitos territoriais dos povos indígenas segue em curso no Congresso Nacional. A tese busca restringir os direitos territoriais indígenas às terras ocupadas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

A tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023, a PEC do Marco Temporal, mantém aberta a disputa em torno da política indigenista. Enquanto o STF analisava a constitucionalidade da Lei 14.701/2023 - também conhecida como Lei do Genocídio Indígena -, o Senado Federal aprovou, em 10 de dezembro, a PEC, de autoria

do senador Dr. Hiran (PP/RR).

A iniciativa deu continuidade à ofensiva legislativa iniciada com a aprovação do PL 2.903/23, convertido na Lei 14.701/23, mesmo após a Corte já ter declarado a inconstitucionalidade dessa tese.

Ao julgar a Lei 14.701/23, a maioria das ministras e dos ministros acompanhou o voto do relator, Gilmar Mendes, consolidando o entendimento de que os direitos territoriais indígenas são originários, imprescritíveis e anteriores à própria formação do Estado brasileiro. O relator reforçou que o direito à terra indígena é cláusula pétrea, previsto no artigo 231 da Constituição.

No julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 87 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade

(ADIs) 7582, 7583 e 7586, o STF reafirmou sua posição e afastou a aplicação do Marco Temporal nos processos de demarcação. A decisão reconheceu ainda a omissão histórica da União e fixou o prazo de dez anos para a conclusão das demarcações pendentes, além de 180 dias para a apresentação de um plano eficaz para sanar essa omissão, sob pena de indenização mensal às comunidades afetadas pela demora.

Maike Joel da Silva, 2º secretário da Regional Norte II do ANDES-SN, avaliou que, embora significativa, a decisão ainda é insuficiente para assegurar plenamente os direitos dos povos indígenas. “É uma vitória parcial. O Marco Temporal é inconstitucional porque os direitos indígenas são cláusula pétrea, imprescritíveis e indisponíveis. Temos o direito ao uso exclusivo da terra para a manutenção da nossa cultura e da nossa ancestralidade, e o STF confirmou isso”, afirmou.

O docente indígena destacou que o julgamento também evidenciou a omissão histórica do Estado brasileiro na demarcação das terras, o que contribuiu para o agravamento dos conflitos e da violência no campo. “O STF reconheceu a omissão do Estado em cumprir o Artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, que previa um prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas. Já se passaram 40 anos. Essa omissão gera insegurança e violência no campo. O próprio debate do Marco Temporal paralisou as demar-



cações e criminalizou as retomadas de terras indígenas, tratando como crime a ocupação indígena feita antes da saída voluntária do posseiro”, ressaltou.

Pontos críticos

Entre os principais pontos de alerta apontados por entidades de defesa dos direitos indígenas e pelo Ministério dos Povos Indígenas está a previsão de indenização ampla a ocupantes não indígenas de boa-fé, associada ao chamado direito de retenção, que permite que o ocupante permaneça na terra até o pagamento da indenização.

Na avaliação das entidades, o mecanismo pode paralisar as demarcações e acabar legitimando a grilagem. Também preocupa a possibilidade de que a restituição do território tradicional não seja considerada absoluta, admitindo-se, em determinados casos, a troca por outras áreas.

Maike criticou o novo arranjo jurídico que, na prática, transforma terras indígenas ainda não demarcadas em objeto de política fundiária comum. Neste modelo, o Estado deixa de ter a obrigação de promover a demarcação imediata e passa a administrar o conflito por meio de indenizações ou desapropriações. “Essa lógica de indenizar, na prática, criminaliza o movimento indígena. Desapropriar por interesse social depois de um ano, sem demarcar, é outro atentado aos nossos direitos. Precisamos da terra demarcada. Não podemos repetir o que ocorreu nos Estados Unidos, onde



entregaram reservas indígenas sem rio, sem floresta, sem nada”, alertou. De acordo com Marcelo Barreira, 2º vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN e do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA), a obrigatoriedade de indenização da terra nua e o direito de retenção seguem o princípio liberal, que norteia o STF, e enfraquece a proteção dos povos indígenas, ao postergar a aplicação da efetivação de seus direitos territoriais. “Discutir a boa-fé dos invasores e o valor das indenizações burocratiza o litígio e permite que os invasores permaneçam nos territórios até o pagamento da indenização. Essas exigências se transformam em enormes dificuldades para a desintrusão, com o risco de violência física e cultural nesses territórios, banalizando

a grilagem e até mesmo estimulando novas invasões para o recebimento de vultosas indenizações”, avaliou.

Alerta

Apesar da reafirmação do entendimento do STF, o cenário de insegurança jurídica permanece diante da tramitação da PEC 48/23. A matéria, já aprovada no Senado, segue agora para análise da Câmara dos Deputados, onde, segundo Maike Joel da Silva, a maioria das deputadas e dos deputados está alinhada à bancada do agronegócio. “Essa PEC ignora todo o processo de colonização, de Guerra Justa, os deslocamentos forçados e os massacres que obrigaram os povos a negar sua própria identidade indígena para sobreviver. Quando hoje reivindicamos nossa identidade indígena, fazemos isso para defender nossa ancestralidade e nosso território”, afirmou. “Mesmo assim, vamos continuar resistindo e existindo, porque quem diz quem somos, somos nós, e não o branco colonizador”, reforçou.

Para Marcelo Barreira, o enfrentamento à PEC exige uma estratégia combinada, que articule a resistência jurídica com uma ampla mobilização social. “É fundamental fortalecer iniciativas como o Acampamento Terra Livre, que tem contado com o apoio e participação do ANDES-SN em suas últimas edições”, concluiu.



Invasão da Venezuela expõe disputa por hegemonia no cenário internacional

A invasão dos Estados Unidos à Venezuela em 3 de janeiro, com a captura do então presidente Nicolás Maduro e de Cilia Flores, iniciou uma grave crise política e diplomática, que vai além do petróleo. Neste contexto, o professor venezuelano Luis Bonilla-Molina analisa, em entrevista ao InformANDES, o papel estratégico da Venezuela na geopolítica internacional e os impactos da ofensiva dos EUA sobre a soberania nacional e regional, diante do avanço de novas potências globais.

InformANDES: Por que a Venezuela é estratégica para os EUA na redefinição de zonas de influência?

Luis Bonilla-Molina: A Venezuela ocupa uma posição geográfica estratégica, militar e comercial, com acesso ao Mar do Caribe e ao Oceano Atlântico, tornando-a fundamental para as rotas comerciais e de transporte na região. Além de concentrar as maiores reservas de petróleo do mundo, ouro, terras raras, minerais estratégicos para inovação tecnológica, água e vasta biodiversidade.

Sob o princípio de “América para os americanos”, os EUA consolidaram uma relação neocolonial com a Venezuela, intervindo politicamente ao longo dos séculos XX e XXI para garantir o controle do petróleo, como no apoio ao golpe de 2002 contra Hugo Chávez [ex-presi-

dente da Venezuela, 1999–2013], derrotado pela mobilização popular. Apesar das tensões, a Venezuela seguiu como fornecedor de petróleo aos EUA.

A partir da classificação da Venezuela como ameaça à segurança nacional, no segundo mandato do governo de Barack Obama [ex-presidente dos EUA 2009–2017], intensificaram-se as sanções sob o governo Trump, o que evidenciou a convergência entre democratas e republicanos. Esse processo

culminou no bloqueio naval de 2025 e na intervenção militar de janeiro, com o sequestro de Nicolás Maduro e Cilia Flores e mais de 100 mortes.

InformANDES: Como a mudança na política dos EUA expressa o controle energético e a reafirmação de sua influência no hemisfério Ocidental?

LBM: O governo de Nicolás Maduro buscou, em 2021, distensionar o conflito para aliviar as sanções, em paralelo à retomada do diálogo com



a Fedecámaras [entidade empresarial venezuelana que apoiou o golpe ao governo de Chávez em 2002] e ao reposicionamento como fornecedor de petróleo após a guerra na Ucrânia. Esse movimento permitiu que a Venezuela voltasse a ser um fornecedor confiável de petróleo para os EUA.

Ainda assim, a combinação entre sanções, dificuldades de investimento e problemas na gestão da indústria petrolífera levou a produção do óleo a seu nível mais baixo em décadas, limitando a capacidade de atender à demanda estadunidense.

Maduro também vivia o melhor momento das relações com os EUA, evidenciado pela reação da então vice-presidenta Kamala Harris aos resultados das eleições venezuelanas de julho de 2024, mesmo diante de questionamentos.

A mudança recente na política dos EUA, porém, não se explica só pelo fluxo de petróleo, mas pela disputa em torno de uma nova ordem mundial. Os EUA buscam ampliar o controle energético e reafirmar o hemisfério Ocidental

como sua área de influência exclusiva. Desde agosto de 2025, o uso de tecnologias avançadas para coleta massiva de

dados sobre as reações da população venezuelana passou a orientar ações estratégicas, sinalizando a disposição dos EUA em violar a ordem jurídica internacional e a soberania de outros países para manter sua hegemonia.

InformANDES: Como o controle da Venezuela pode ampliar a influência dos EUA para além do petróleo, nas esferas militar, diplomática e econômica da região?

LBM: É o início de uma transição controlada de República para Colônia, que pode incluir a instalação de bases militares dos EUA sob o pretexto de proteger a produção de petróleo. Após o ataque militar, os EUA declararam o confisco de cerca de 50 milhões de barris de petróleo para venda no mercado internacional, com os recursos depositados no exterior, fora do controle do Banco Central da Venezuela.

Embora o governo interino de Delcy Rodríguez afirme que se trata da retomada da relação comercial histórica com os EUA, o cenário é preocupante: reformas aceleradas nas legislações comercial, de hidrocarboneto e trabalhista que abrem espaço para maior presença de transnacionais na exploração do petróleo e relegam a estatal venezuelana a um papel secundário.

InformANDES: E quais os riscos dessa ofensiva para países da América Latina que mantêm projetos políticos autônomos ou alianças fora do eixo de Washington?

LBM: Há tensões e contradições entre blocos capitalistas pelo controle do poder e pela acumulação mundial. A Estratégia de Segurança Nacional do governo Trump, de

novembro de 2025, definiu a América Latina e o Caribe como zona de influência direta dos EUA, transformando iniciativas como os BRICS* e parcerias com a China em alvos a serem enfraquecidos. A Venezuela aparece como a ponta de lança dessa estratégia, que aponta para possíveis interferências políticas e eleitorais em países como Brasil, Colômbia e México, além de processos de recolonização econômica ou territorial na região.

InformANDES: Qual é o papel da esquerda venezuelana?

LBM: A esquerda venezuelana tem como eixo central o anti-imperialismo, mas o governo de Maduro, assim como o atual liderado por Delcy Rodríguez, não é revolucionário e desmontou avanços sociais do período Chávez. Atualmente, a autêntica esquerda enfrenta uma situação grave de ilegalidade, já que todos os partidos de esquerda sofreram intervenção judicial pelo governo de Maduro. Ainda assim, a esquerda denunciou o sequestro de Maduro, por defender que o futuro do país deve ser decidido pelo próprio povo venezuelano, e não por nenhum império.

É urgente construir uma ampla frente anti-imperialista em defesa da soberania nacional e, ao mesmo tempo, não silenciar as críticas às políticas antioperárias do madurismo. É nesse sentido que se insere o chamado à unidade e à solidariedade internacional na luta anti-imperialista, que surgiu em 17 de janeiro [Dia Mundial de Ação em Solidariedade com a Venezuela]. Todos os caminhos conduzem à unidade na luta anti-imperialista.

*BRICS: bloco formado por economias emergentes — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, além de outros seis países — voltado à cooperação política, ao desenvolvimento econômico e à articulação do Sul Global.

Essa é uma versão editada e resumida do conteúdo original. Leia aqui a versão completa:



ANDES-SN fortalece luta contra a transfobia na 3ª Marsha Trans em Brasília (DF)

O ANDES-SN participou ativamente da 3ª Marsha Trans Brasília, realizada na capital federal no dia 25 de janeiro, em uma manifestação histórica. Com o tema central “Brasil soberano é país sem transfobia”, o ato contou com o apoio institucional e a participação do Sindicato Nacional na organização. Pela primeira vez, a entidade organizou duas caravanas para o evento: uma de Salvador (BA) e outra do Rio de Janeiro (RJ).

Como resultado, centenas de docentes e estudantes se somaram à luta pela vida, por visibilidade e por direitos básicos, como educação, saúde e trabalho digno para pessoas trans e LGBTI+. “O ANDES-SN assumiu como tarefa defender as cotas para a população trans e travesti nas universidades, institutos federais e Cefets porque compreendemos que não haverá soberania nacional enquanto o Brasil for um dos países que mais matam a população trans e LGBTI+”, afir-

mou a 1ª vice-presidenta do Sindicato Nacional, Caroline Lima.

Para a 2ª vice-presidenta do ANDES-SN, Letícia Carolina, o Sindicato Nacional não poderia ficar de fora da construção de uma manifestação tão importante, que marca o início de um ano de eleições e de intensificação das lutas dos movimentos sociais. Além da defesa de cotas para pessoas trans, outra pauta da Marsha foi emprego digno. “Esta é a terceira edição da nossa Marsha nacional. O nosso Sindicato é contra a escala 6x1. Nós precisamos de tempo para descansar. Não é só trabalhar, é vida além do trabalho. Lazer é um direito da classe trabalhadora. Esse projeto é encabeçado pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e grandes personalidades estão à frente dessa luta pelo fim da escala 6x1”, enfatizou.

A Marsha é uma realização da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) e faz parte das ações do Dia Nacional da Visibilidade Trans,

celebrado em 29 de janeiro. Além da manifestação, diversas atividades foram realizadas entre os dias 24 e 27 de janeiro. A programação incluiu celebrações, fóruns, seminários e debates institucionais.

“Precisamos pautar a luta contra o preconceito à população trans e LGBTI+ em todos os espaços. O ANDES-SN marchou pelo seu projeto de educação, que é antirracista, feminista, é um projeto que apoia a comunidade trans. A gente ocupou Brasília exigindo nossos direitos e cidadania. Vamos seguir na luta por um Brasil sem transfobia”, reforçou Letícia, que também é coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS).

Dossiê ANTRA 2026

Para encerrar as atividades, foi realizado o lançamento do Dossiê da Antra 2026, no auditório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), no dia 26 de janeiro. O documento traz dados sobre assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Conforme a pesquisa, apesar de uma queda de 34% nas mortes em relação a 2024, o Brasil segue em primeiro lugar no ranking de países que mais matam pessoas trans e travestis no mundo. Em 2025, foram registrados pelo menos 80 assassinatos no país.

Veja as imagens da 3ª Marsha Trans Brasília.

